

A polarização regional de Vilhena-RO: considerações á luz da teoria dos polos de François Perroux

La polarisation régionale de Vilhena-RO: Des considérations en lien avec la théorie des pôles de François Perroux

The regional polarization of Vilhena, Rondônia (RO): considerations based on the poles theory of François Perroux

Natan Gurkewicz Nunes

Universidade do Estado de Mato Grosso
natanggunes@yahoo.com.br

Evaldo Ferreira

Universidade do Estado de Mato Grosso
evaldoferreira@unemat.br

Resumo

Este artigo é parte da dissertação de mestrado em Geografia intitulada “O crescimento de Vilhena-RO: analítica da polarização regional”. Trata-se de um aprofundamento na obra do francês François Perroux, uma vez que na pesquisa de dissertação foi utilizada uma abordagem holística acerca de regionalização e polarização, dentre os quais figura a discussão da teoria dos polos como parte da fundamentação teórica. Norteou-se em pesquisa bibliográfica de autores em dois eixos: os que tratam da questão histórica e metodológica e dos críticos da teoria. Por conseguinte, insere-se reflexões acerca da materialidade encontrada em Vilhena-RO e região. Dessa maneira, considera-se que a teoria dos polos de Perroux configura-se com uma presença imanente nos planejamentos, graças a sua influência num momento germinal da necessidade de organização territorial brasileira e que atualmente ainda possui relação direta com a realidade, principalmente em relação aos apontamentos críticos, produzindo descentralização centralizada, hierarquização das relações e desenvolvimento regional desigual.

Palavras-chave: Teoria dos polos. Polo de Crescimento. François Perroux. Polarização regional.

Résumé

Cet article fait partie de la dissertation de maîtrise en Géographie nommée “La croissance de Vilhena-RO: analytique de la polarisation régionale”. Il s’agit d’un approfondissement de l’œuvre du français François Perroux, une fois que dans la recherche de dissertation on a utilisé une approche holistique par rapport à la régionalisation et polarisation, dont on voit la discussion de la théorie des pôles comme partie du fondement théorique. On a utilisé la recherche bibliographique d’auteurs en deux axes: ceux qui travaillent sur la question historique et méthodologique et les critiques de la théorie. Par conséquent, on ajoute des réflexions sur la matérialité rencontrée à Vilhena-RO et région. De cette façon, on considère que la théorie des pôles de Perroux se place avec une présence immanente dans les projets, grâce à son influence dans un moment germinal de la nécessité d’organisation territoriale brésilienne et que, actuellement a encore relation directe avec la réalité, principalement par rapport aux points critiques, en produisant une décentralisation centralisée, hiérarchisation des relations et développement régional inégal.

Mots-clés: Théorie des pôles. Théorie des pôles de croissance. François Perroux. Polarisation régionale.

Abstract

This paper is part of a master's thesis in Geography, entitled "The growth of Vilhena, Rondônia (RO): analytic of regional polarization", which deepens the work of the Frenchman François Perroux. In this a dissertation a comprehensive approach was used to explore regionalization and polarization, and the discussion of the growth pole theory was employed as part of the theoretical foundation. In the present research the authors conducted bibliographical studies in two directions: historical questions and methodologies and the criticism of the theory. Subsequently the results of these studies were compared with those obtained in the region of Vilhena (RO). Thus, Perroux's theory is considered to be an immanent presence in the planning: its influence has been observed even in the germinal moment of Brazilian territorial organization; and it still has a direct relation with current reality, mainly including critical notes, producing marginal centralization, hierarchical relations, and unequal regional development.

Keywords: Poles theory. Growth pole theory. François Perroux. Regional polarization.

Introdução

Vilhena é uma cidade média, com população estimada no ano de 2017 de 93.754 habitantes (IBGE, 2017a). Localizada no sul do estado de Rondônia, divisa com a porção noroeste do estado do Mato Grosso. Segundo lei estadual (RONDÔNIA, 2007) polariza uma região constituída por sete municípios. Vilhena é considerada uma cidade do agronegócio, ou por vezes, se referem à região como região agrícola do Estado.

O arranjo produtivo do agronegócio na região inicia sua inserção no final do século XX com o avanço da fronteira agrícola. Considera-se que os limites da fronteira já avançaram na direção norte do Estado, de modo que em Vilhena pode-se dizer que tais atividades já estão cristalizadas, ancoradas numa estrutura que considera-se corroborativa com a teoria de polarização regional, dialogando com outras teorias adjacentes.

A discussão referente a teoria econômica de François Perroux terá como principal fonte, o livro "Regional economic development: Essays in Honour of François Perroux", publicado originalmente no ano de 1988, editado por Benjamin Higgins e Donald J. Savoie. Trata-se de um livro dedicado a vários aspectos do pensamento de Perroux, tanto gerais como específicos, influências filosóficas e sociais, contextos histórico e intelectual.

O artigo de Kongstad (1974) trás uma visão panorâmica (ligada à visão radical da Geografia) sobre a teoria de polo de crescimento e urbanização, com ênfase numa crítica do autor em consonância com a teoria de política de desenvolvimento regional do economista John Friedmann.

Em Santos (1974), buscou-se oxigenar a discussão, nele o autor traz sua visão acerca dos polos de Perroux e a problemática da releitura que foi disseminada. Além disso, Santos (1974) correlaciona tal questão com a discussão dos circuitos inferiores e superiores e como isso se relaciona com o espaço, para além do econômico, no contexto de subdesenvolvimento.

Os dados referentes ao objeto são uma demonstração resumida dos apresentados na pesquisa de dissertação, neles o foco é demonstrar através da análise de documento de planejamento e de censos, como que o objeto é abordado por meio da noção de polo regional. A materialidade é demonstrada pela análise comparativa entre a dinâmica dos valores do Produto Interno Bruto de algumas atividades selecionadas.

A teoria dos polos

François Perroux foi um economista francês que desenvolveu grande parte de suas teorias pós II Guerra Mundial, numa França que havia sofrido diretamente os efeitos de tal contexto. Deste modo, o grande debate da época tinha como tônica a reestruturação econômica e social dos países afetados pela guerra (POLENSKE, 2018, p. 93). A França apresentava algumas localidades com crescimento, concentrada em Paris, por exemplo, enquanto que ao mesmo tempo, possuía regiões “rurais-periféricas” deprimidas. Nessa dualidade Perroux elabora sua teoria de desenvolvimento regional, apresentadas nos artigos “Economic space, theory and applications” (1950) e “Note sur la notion des pôles des croissances” (1955)”, que posteriormente ele desenvolveu em “L’Economie du XX siècle (1964)”. (KONGSTAD, 1978).

Perroux formula grande parte de suas teorias econômicas como “resposta” aos economistas neoclássicos negando principalmente a noção de “equilíbrio”, a teoria da polarização e dos polos de desenvolvimento constituem uma parte significativa de sua contra argumentação. Considerado um grande nome da Economia de sua época, tinha constantemente suas ideias comparadas as de Keynes e Schumpeter. Perroux não se alinhava ao pensamento marxista, pois tinha contraposição com o conceito de “luta de classes”, apresentando em sua obra análises fundamentadas na cooperação. Ainda que ressaltasse em suas teorias que os conflitos de poder eram inevitáveis na sociedade, para ele o ideal era de solidariedade econômica, sendo pensada como doutrina de compromisso ou como imperativo moral, em suma sua preocupação centrava-se no “human welfare”. (HIGGINS, 2018, p. 33-37).

Dentro dessa linha, Higgins (2018) traz para a discussão a diferenciação entre os conceitos de polos de crescimento e polos de desenvolvimento. O polo de crescimento é definido como um conjunto que induz outro conjunto a crescer. Já o de desenvolvimento ao engendrar estruturas econômicas dialéticas faz expandir de forma multidimensional. O crescimento é um efeito

duradouro de um conjunto através de pontos privilegiados. O desenvolvimento é uma expressão com começo e fim, de um determinado ponto. Deste modo, o desenvolvimento só é tangível se trabalhado dentro de uma noção abstrata de estrutura e relações. (HIGGINS, p. 42).

Tendo a noção de que o desenvolvimento econômico não é uniforme no espaço, Perroux compreende que a mola do desenvolvimento é o progresso tecnológico ou a inovação, que tendem a se concentrar em empresas, firmas ou indústrias, que se tornam propulsoras e se agrupam em lugares específicos. Criando assim um centro, que muitas vezes são cidades, mas que em princípio, podem ser áreas, como por exemplo, os “belts”, definindo que qualquer constelação de empreendimentos propulsores se configura como polo de crescimento. (HIGGINS, 2018, p. 41-47).

O conceito de polos de crescimento de Perroux é originalmente concebido dentro de uma teoria maior, em que o espaço econômico é arrolado à escala global, dessa forma os “campos de força” só tem efeito dentro do sistema. Essa característica faz com que a aplicação dos polos de crescimento não seja viável, pois os planejamentos são em grande medida no máximo nacional.

A maneira como a teoria ganha aplicabilidade é através da interpretação do discípulo de Perroux, Jacques Boudeville, nessa adaptação, que deturpa a teoria original, trata os polos como centro urbano, e a região periférica, não mais é somente econômica, e dá importância para os recursos naturais, que Perroux tratava como “banal”. Nessa leitura (que é muito criticada), o planejamento regional foi difundido pelo mundo “it became the guiding principle for regional planning in **France, Belgium, Italy and Quebec** as early as 1960, and in the decade that followed spread to **Spain, the United States, Japan, Latin America, Africa, and Asia**” (HIGGINS, 2018, p. 44, grifos nosso). De fato, não se pode negar que é a noção de centro urbano hierarquizado que figura no Brasil, como polo de crescimento, objeto do planejamento regional.

No que tange a relação da teoria de polos de crescimento e como as cidades pequenas e médias se inserem nessa lógica, Hansen (2018) compreende que não há como não relacionar com a questão da hierarquia, para o autor, elas foram vistas como um “preenchimento” de áreas geográficas grandes, podendo executar três funções: 1- o próprio desenvolvimento delas significaria, por si só, a descentralização; 2- efeitos de disseminação (fluxo) na hinterland; 3- retenção de população e atração de migração causando efeito de “counter-magnets” na expansão de outras grandes áreas urbanas.

Para Hansen (2018), a tecnologia esta diretamente ligada à descentralização. Facilitou a mobilidade da produção industrial, principalmente, às inovações em matriz energética, maquinário e transporte. Tais elementos eram considerados o paradigma da concentração industrial, pós-revolução industrial. A partir desse contexto, as áreas periféricas não são mais relegadas à estagnação econômica, podendo competir com áreas industriais antigas. Contudo, o autor adverte

que o desenvolvimento regional não pode ser pensado em curto prazo, num modelo visto a partir de cima, o dinamismo interno devem ser baseados em: estrutura social, técnicas, organizacionais e industriais regionais. Cabe ressaltar, que a base da análise do autor foca precisamente na divisão do trabalho.

Kongstad (1974,) critica dois aspectos da teoria de polos de crescimento de Perroux. Primeiro, para o autor, Perroux trabalha com a noção de relação entre indústrias, não dando devida importância para as realidades não industriais. Segundo, Perroux não deixa claro o papel da cidade, ora vista como controladora na lógica de mercado, ora vista como *locus* de produção e inovação.

Santos (1974, p. 271) destaca que o motivo da deturpação da teoria (o autor indaga se poderia ser chamada assim, pois não apresenta um todo coerente) original concebida por Perroux foi sua popularidade, preocupava-se mais com a forma do que com a substância, eram pensadas novas técnicas e modelos, enquanto que explicações não eram o foco.

Uma das maiores deficiências dos polos de crescimento seria para Santos (1974, p. 272-273) o fato de ser pensado dentro de uma lógica de espaço de poucos, e não no espaço de todos, ou seja, espaço econômico e espaço geográfico, respectivamente. No espaço econômico, o sistema espacial é visto através da relação “insumo-produto”, no qual a estrutura é pensada de antemão (seletividade) visando a melhor produtividade espacial. No caso do espaço geográfico, a noção do econômico não é dispensada, porém, são levados em conta fatores como, o valor do indivíduo, a estrutura do Estado e da produção e principalmente como os diferentes estratos sociais interagem com os recursos disponíveis.

Os planejadores aderem a noção de que os países subdesenvolvidos são considerados no planejamento como “em desenvolvimento”, que pretende tornar-se o que os desenvolvidos são. Santos (1974) nesse contexto interpõe que se trate como subdesenvolvido, uma vez que “Não é um mundo em desenvolvimento, mas um mundo subdesenvolvido, com características próprias e mecanismos fundamentais¹” (SANTOS, 1974, p. 275). O autor destaca, nessa conjuntura, a seletividade da modernização, a multipolarização descontínua e instável e as enormes diferenças de renda, como características marcantes do subdesenvolvimento.

Dentre outras características próprias do mundo subdesenvolvido, o autor se dedica a discutir a relação entre o circuito superior (ou moderno) e o circuito inferior, chamado por ele de subsistemas do sistema urbano. O circuito superior possui relação direta com a modernização monopolística. No caso do circuito inferior, trata-se das atividades em pequena escala, conectada com o local e regional. A existência dos dois circuitos, no nível espacial local se exerce por meio de

¹ Il ne s'agit pas d'un monde en développement mais d'un monde sousdéveloppé avec ses caractéristiques propres et ses mécanismes fondamentaux.

dialética e competição (SANTOS, 1974, p. 277). Nessa realidade, o autor destaca que os planejamentos voltaram sua atenção apenas para o circuito superior, fazendo com que naquele tempo a relação dos circuitos fosse um paradigma, e que para se realizar a justiça social tornou-se indispensável a apreensão do circuito inferior na realidade urbana e regional.

Por fim, Santos (1974, p. 282) faz uma indagação fundamental, sobre como projetar polos de crescimento numa realidade subdesenvolvida que os dois circuitos convivem em dialética. Primeiro, é preciso ter em mente a igualdade entre os homens, que se dá inseparável da organização adequada do espaço. Segundo, se libertar dos modelos internacionais, ao passo que a estrutura oligopolista não seria necessária, resultando no fortalecimento das cidades intermediárias e locais, bem como reduziria a pobreza, pois a relação entre o circuito superior e inferior seria menos espoliativa. No próximo capítulo, verificou-se que no caso brasileiro tal idealização não foi a regra, pelo contrário.

Contexto brasileiro e críticas do uso da teoria de polos de crescimento

A teoria dos polos de crescimento de François Perroux teve grande influência na América Latina nas décadas de 1960 e 1970, tornando-se importante ferramenta dos planejadores, visando diminuir as desigualdades regionais (JESUS; SPINOLA, 2015, p. 936), principalmente caracterizada pela disparidade entre o sudeste brasileiro e a porção interior.

Pedrosa (2017) analisa a recepção da teoria dos polos de crescimento no Brasil, tendo como período histórico 1964-1985, abordado por ele como período de ditadura militar. O autor entende que a aplicação e difusão das ideias se devem à Perroux e seu “grupo”, dentre os quais, destacam-se Michel Rochefort e Jacques Boudeville. Este último tem uma importância particular na Geografia, pois ele é quem insere a discussão, de primazia economia, na seara da Geografia, pois a visão de Região de Perroux era econômica, entendendo o geográfico como “banal” (PEDROSA, 2017).

Rochefort é o responsável pela aplicação das teorias, principalmente em atuações institucionais (IBGE, IPEA, UGI e CNG), mesmo que este tenha uma interpretação flexível, da teoria de polos de crescimento. Rochefort dará mais ênfase ao setor de serviços, em um aproveitamento da teoria de Perroux, da hierarquia urbana de Christaller e da Geografia ativa de Pierre George, instrumentalizando o fenômeno de polarização (idem, p. 6).

Outra característica importante, Rochefort foca na reprodução de capital intelectual por meio de conferência, congresso e grupos de estudo “de uma forma geral Pedro Geiger, Roberto Lobato Corrêa, Lysia Bernardes e F. Davidovich foram todos envolvidos nessas atividades” (PEDROSA, 2017, p. 3).

Outros dois nomes que merecem destaque na inserção da teoria de polos de Furtado chefia a Sudene, que após 1964, deixa mais explícito o uso da teoria de polarização no paradigma do planejamento regional. Le Bret, de origem francesa, atua na orientação da Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguiaia (CIBPU), órgão criado em 1950, que experimentou um planejamento identificado com a teoria dos polos, porém calcada em ideias keynesianas (PEDROSA, 2017, p. 2).

Contudo, o período frutífero das ideias de Perroux no Brasil se concentram no transcurso do governo de JK, que a partir do golpe militar, da lugar para a geopolítica. A teoria dos polos de crescimento não é descartada, porém nota-se que a partir de 1968-69 ela é relida e adaptada aos moldes da geografia quantitativa, na qual a adaptação fica evidente em uma das lideranças do IBGE de sua época Esperidião Faissol (PEDROSA, 2017, p. 9).

Entretanto, ao mesmo tempo, Pedrosa (2017) destaca que Manuel Correa de Andrade, que foi aluno de Boudeville na França, cria um novo vetor de entrada para a teoria na Sudene entre 1966-1968, congregando parcerias com Ministério do Planejamento, Conselho Nacional de Geografia, CIBPU, dentre outros (idem, p. 9).

Desta maneira, Pedrosa (2017) considera que a recepção a teoria dos polos de Perroux não foi homogênea, porém se espalhou por diversas instituições brasileiras. Destaca três períodos da recepção: 1- Quando é formulada na França e interpretada pelos adeptos da Geografia ativa; 2- Chega ao Brasil com Rochefort juntamente com a discussão sobre hierarquia urbana; 3- Perde espaço para a *regional Science*, norte-americana, galgada na matemática e estatística.

Corrêa (1991), abordando a Região como um conceito complexo, apresenta cinco de tipos diferentes de conceituação, são eles: “Região natural e determinismo ambiental”, “Possibilismo e região”, “Nova geografia, classes e região”, “Região e geografia crítica” e “Região, ação e controle”. O autor enfatiza que “todos os conceitos podem ser usados pelos geógrafos. Afinal todos eles são meios para se conhecer a realidade” (CORRÊA, 1991, p. 23).

Segundo o autor, a “Região, ação e controle” tem o conceito empregado em práticas políticas e econômicas de uma sociedade de classes, utilizando-se do conceito de diferenciação de área e as subsequentes divisões regionais para obter controle, visando em última análise, reproduzir a classe que detém o domínio. Em outras palavras, “a região sob intervenção planejadora passa a ficar sob maior controle do capital e de seus proprietários” (CORRÊA, 1991, p. 48).

Como exemplos Corrêa (1991) menciona as regionalizações da Tennessee Valley Authority (TVA), a Comissão do Vale São Francisco no nordeste brasileiro, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) que é antecessora da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Ao finalizar a discussão sobre “Região, ação e controle”, Corrêa (1991) destaca os principais criadores e influenciadores: “É o caso dos polos de desenvolvimento de François Perroux, do crescimento polarizado de John Friedmann, além da teoria de localidades centrais de Walter Chistaller, que na verdade é retomada” (idem, p. 50), que surgem e se desenvolvem em uma nova fase do capitalismo, a partir da década de 1950.

Santos (1982a), no seu livro sobre a urbanização desigual que analisa esse fenômeno principalmente nos países subdesenvolvidos, ao abordar o tema de “Espaços Polarizados” destaca

[...] existem, nos países subdesenvolvidos, algumas cidades que realizam muito mais trocas com seus arredores e com estes estabelecem laços funcionais. A estas (raras) cidades pode-se dar a denominação de *pólo urbano*, tal como foi definido por François Perroux, ou seja, ‘um conjunto de unidades motoras que exercem efeitos de estímulo em relação a outro conjunto economicamente definido’ (SANTOS, 1982a, p. 124).

Em outro estudo Santos (1982b), diferentemente da definição geral citada, tem um objeto de análise específico, nele Santos (1982b) faz uma análise sobre “O Estado e o Mercado” na formação de Rondônia. Para o autor, a instalação de uma sede do Banco do Brasil ou sede de um núcleo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em determinada localidade selecionada, se configuram como “embrião de polarização”, pois as funções desses equipamentos levam a atrair pessoas do entorno “criando, para a cidade assim agraciada, um suplemento de importância (com a expansão, ou mesmo criação de restaurantes, hotéis, bares, cafés, transportes [...])” (idem, p. 70). Vale ressaltar, que nesse mesmo estudo, o autor refuta a noção de “arquipélagos” de polos, pois para ele existe a competição entre os mesmos.

De modo que as regionalizações são políticas e ideológicas, seus engendradores brasileiros utilizaram do positivismo quantitativista para criarem um organismo articulador de modo a tender seguir uma hierarquia arbitrária para cada região, que Perroux postula pela existência de uma indústria motriz, chave ou o complexo (WILTGEN, 1991, p. 533) o que hoje não é a regra, pois existem diversificados polos, seja de bens, serviços ou produção.

A partir de Andrade (1987, p. 45) é possível verificar que há na realidade brasileira um imbricamento das noções de região polarizada e região plano, ambas elaboradas por François Perroux. Acontece que no primeiro caso é de constatação uma vez que ela “resulta da observação da interdependência existente entre varias áreas” (idem, p. 45). Já no caso da região plano ela “resulta mais diretamente do arbítrio humano, de vez que é um espaço submetido a uma decisão” (idem, p. 46). Ora, evidentemente no caso brasileiro, os polos, em sua maioria surgiram a partir de decisões, são frutos de seletividades realizadas pelo poder econômico ou político.

Na metade do século XX Geiger (1969, p. 11) já compreendia o caráter escamoteado da polarização, para ele “[...] cada pólo regional imita a metrópole nacional quanto a padrões de urbanização, níveis culturais, etc.”.

Estimular o planejamento através de regionalização para Geiger (1969, p. 15) “trata-se de estimular o processo através da criação ou do fortalecimento dos chamados ‘pólos de desenvolvimento’ e de políticas de isenções que favoreçam a localização de indústrias em determinadas regiões”. Para Lima e Simões (2009) em uma leitura sobre os polos centrais na obra de Perroux, é visível o efeito colateral de tais polos:

[...] a implantação de um pólo de desenvolvimento provoca uma série de desequilíbrios econômicos e sociais, pois distribui salários e rendimentos adicionais sem aumentar necessariamente a produção local de bens de consumo, transfere mão-de-obra sem necessariamente conferir-lhe um novo enquadramento social, concentra o investimento e a inovação sem necessariamente alargar a vantagem de outros locais, nos quais o desenvolvimento pode ser retardado. (LIMA; SIMÕES, 2009, p. 9).

Ainda seguindo essa leitura, o próprio Perroux, segundo Lima e Simões (2009, p. 9) faz uma objetiva observação acerca de como coibir essa problemática oriunda da polarização, assim “Perroux evidencia aqui a necessidade de políticas econômicas, cujo objetivo deve ser o desenvolvimento técnico e humano e a cooperação entre regiões ricas e pobres (desenvolvimento recíproco)”, além disso, acrescenta o autor, é preciso ter eixos de desenvolvimento entre os polos.

Andrade (1970, p. 51-52) destaca que o fenômeno de desenvolvimento de grandes polos em detrimento de uma depressão derredor é algo característico no mundo inteiro, de países desenvolvidos a países subdesenvolvidos, grandes e pequenos, nas américas, nas áfrias ou nas europas, ocorrendo claro em níveis diferentes, aliás ao qual o autor chama de “desníveis de desenvolvimentos” em que se tem a região desenvolvida e a subdesenvolvida (deprimida ou drenada) no mesmo país. Para esse mesmo autor a correção dos desníveis se dá a partir de estudos científicos relacionados com políticas de desenvolvimento.

Há de se destacar que para Andrade (1970) existem dois tipos de polos, o espontâneo e o planejado. No primeiro caso é aquele surgido da potencialidade que seus ingredientes possuíam em relação à demanda exigida externamente, contudo, ao cessar a demanda, compensatoriamente, para manter seu nível atingido, o polo acabará drenando a região, não promovendo assim o desenvolvimento dela.

Já o polo planejado é aquele resultante de uma revitalização de um polo espontâneo arcaico, ou mais comumente, fruto da implantação de uma infraestrutura (idem, p. 63). Entretanto independente da origem, o polo “[...] é o centro econômico e dinâmico de uma região, de um país

ou de um continente e que seu crescimento se faz sentir sôbre a região [e] [...] o desenvolvimento regional estará, assim sempre ligado ao do seu pólo” (ANDRADE, 1970, p. 62).

A força e persistência do polo enquanto irrigador de desenvolvimento, para Andrade (1970, p. 71) se dá “[...] conforme a quantidade e qualidade dos equipamentos industriais e de serviços que possuir e a estrutura de transportes e comunicações que dispuser” (ANDRADE, 1970, p. 71). Entretanto, existe também uma linha de análise que vê problemas (que Perroux não considerava, pois acreditava que o desenvolvimento de determinada região influiria para as demais) em regiões polarizadas:

Os efeitos desfavoráveis à região atrasada são chamados de efeitos de polarização e ocorrem concomitantemente aos de fluência. Ao invés de absorver o desemprego disfarçado da região atrasada, a progressista pode retirar seus técnicos e administradores, bem como os empresários mais dinâmicos. Além disso, as atividades industriais e exportadoras das regiões atrasadas podem sofrer depressão quando expostas à concorrência, pois são mais ineficientes e, em geral, não são protegidas. (WILTGEN, 1991, p. 534).

Deste modo, segundo Wiltgen (1991, p. 535), “cabe ao Estado orientar sua política econômica no sentido de anular as forças de mercado que provocam os efeitos regressivos e auxiliar os que provocam os efeitos propulsores”.

Dentro da polarização, que se fez e faz tendo uma cidade² como atuante de centralização, a urbanização carece de um olhar mais atento, pois historicamente ela tem um papel crucial no decurso dos crescimentos produtivos e reprodutivos do capital. Machado (1982) analisando o contexto em que há um grande interesse governamental na Amazônia observa que os elementos mais presentes para viabilizar a região são divididos em construir estradas, controlar a distribuição de terras e uma política urbana, este último chama a atenção da autora de modo que:

O espaço urbano é também o espaço do Estado no momento em que este ratifica, legaliza a apropriação pelo urbano. diversos são as formas e os níveis da relação entre a forma urbana e o Estado, porém o que interessa pinçar aqui é o novo significado geopolítico da urbanização no momento atual em que se generalizam e se torna necessário reproduzir relações de produção capitalista, em particular no campo brasileiro e alguns aspectos da ação possível do Estado nesse processo (MACHADO, 1982, p. 8).

Seguindo essa lógica a autora entende que era necessário que o sujeito interiorizasse os princípios da época, sendo que esses processos de interiorização “são melhores no espaço urbanizado porque se tornou possível entre outras coisas a sua reprodução de forma essencialmente semelhante nos diversos pontos do território” (idem, p. 8). O principal condicionante de

² No caso, essa é uma leitura nossa referente ao nosso objeto, tendo em vista que Perroux não considerava que um polo seria obrigatoriamente uma cidade, como foi discutido na primeira parte desse artigo.

funcionamento do esquema de produção capitalista era a circulação: mobilidade da mão-de-obra, de capital, de informações e de mercadorias.

O que se pretendia com o processo de urbanização da época era estruturar para o mercado de trabalho, o “consentimento ativo dos governados” e ao consumo de mercadorias e ideais. Deste modo a infraestrutura urbana era entendida como um elemento fixador ou, na ausência de infraestrutura, motivo de deslocamento/evasão (idem, p. 8-9).

Entende-se que as teorias em torno da polarização contribuíram para ações realizadas pelo Estado Nacional em diferentes momentos históricos, contudo, promovendo a hierarquização dos núcleos urbanos, reproduzindo um modelo de urbanização capitalista e organizacional da economia. Embora pese que as teorias em si já demonstrem seus efeitos colaterais. O que fica evidente é que tais conhecimentos foram cooptados pelos interesses econômicos, em primeira ordem.

Análise de Vilhena-RO no contexto da polarização

As publicações de abordagem regional são tradicionais no País e possuem métodos, objetivos e resultados variados. São tidos como instrumentos de planejamento, subsídios para políticas-administrativas, base para formulações de leis, fins estatísticos e entendimento da realidade. Por isso analisamos algumas publicações que versam com o objeto aqui estudado, tendo em vista que são promotoras de ação fragmentadora no espaço.

Ao caracterizar a mesorregião Leste Rondoniense na década de 1990, nota-se que algumas configurações denotam falta de coesão no espaço recortado, principalmente atrelada à produção oriunda do meio natural, como extração de minerais (região de Ariquemes, principalmente), a diversidade de bacias hidrográficas, diferentes qualidades de solos (destacando a característica dispendiosa dos solos de Vilhena), dificuldade de estabilização de migrantes devido deficiências naturais do campo, difícil acesso a recursos públicos, falta de técnicas de incremento, e principalmente de problemas fundiários de regulamentação das terras (IBGE, 1991).

Por parte da realidade estrutural, de um modo geral, observou-se problemas de absorção de mão-de-obra, inadequação das rodovias para deslocamentos (embora ressalte que todas as sedes municipais já estavam interligadas), falta de equipamentos urbanos e comunicacionais, bem como escassa presença de linhas áreas regionais, que se ligavam à Cuiabá (IBGE, 1991, p. 13).

No Regic (IBGE, 2008a) fica evidenciado que a região de influência de Vilhena localiza-se num “vazio” entre cidades, em que o núcleo equivalente ao de Vilhena mais próximo está a uma distância considerável (Cacoal). Além de quê, apresenta certa distância entre os próprios componentes da sua região de influência, influenciando ainda cidades como Comodoro-MT e

Campus de Júlio-MT que pertencem a outro estado, mas que se encontram mais próximos de Vilhena, do que alguns municípios da região do próprio Estado.

Ou seja, mais do que o posicionamento em si de Vilhena, a organização da região pelo viés da influência tem relação direta com a organização geral dos elementos constituintes da hinterlândia. Ainda que sejam resultados históricos de uma gama de fatores.

Em todos os casos de divisão regional em que há classificação hierárquica, independente de suas variáveis, objetivos e metodologia, Vilhena encontra-se, impreterivelmente, situada num contexto de polo (ou comando) quando se refere à escala micro. Logo,

O modo de organização por polarização é por vezes indicado pelo governo do estado de Rondônia como uma das formas de alcançar o desenvolvimento regional. A base dessa polarização é a Lei nº 414, de 28 de dezembro de 2007 (RONDÔNIA, 2007), além da divisão regional essa Lei orienta que “[...] as regiões de Planejamento e/ou Gestão sejam consideradas como Regionalização de Referência unificada para o planejamento e ações de todos os demais órgãos do Executivo Estadual” (RONDÔNIA, 2007, s/p). A figura 1 ilustra a região polarizada por Vilhena conforme indica a lei citada.

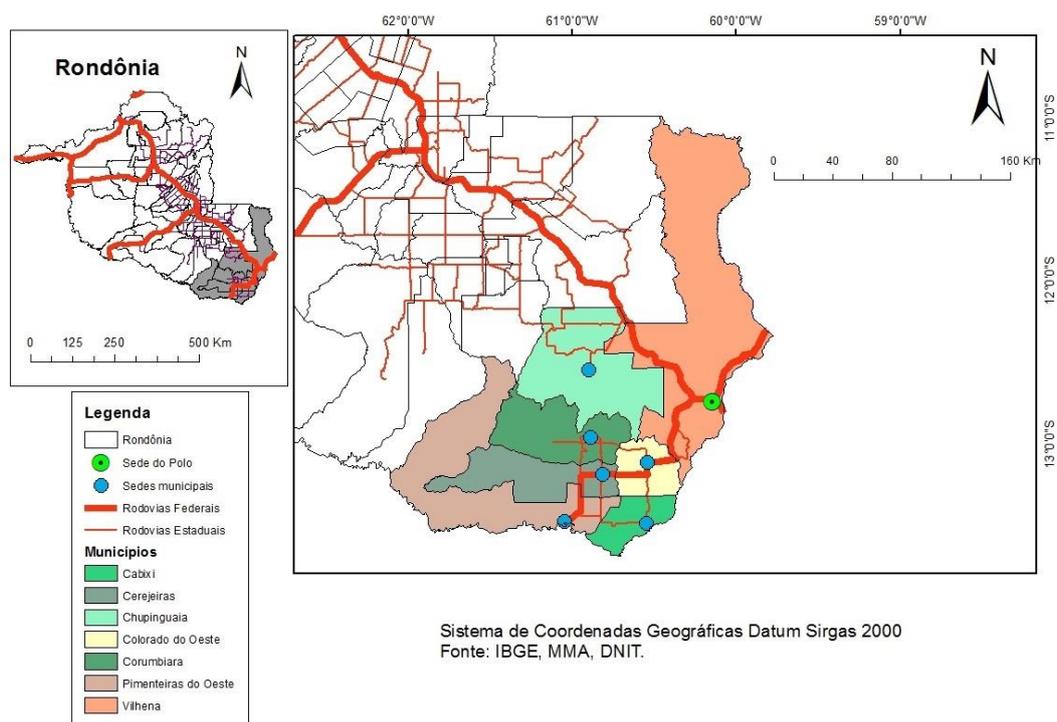


Figura 1 – Localização da Região Polarizada por Vilhena.

Organização: O autor (2019).

O boletim da Embrater (1987) que servia como uma espécie de crivo para incentivar o investimento na produção de soja em Vilhena (já que garantia que a produtividade seria rentável). No documento ficam claras algumas observações a respeito do enlace supramunicipal e

intermediário que um polo já dinamizava no ciclo da madeira e que ainda poderia grassar no sistema produtivo da soja, destaca que a vegetação no território do município de Vilhena não era propícia para o mercado da madeira (tipo tora), mas que a cidade sobrevivia da importação dos municípios da região, indicando a soja como opção viável para os produtores da região.

Por mais que o boletim não seja literal a respeito do “regional”, toda essa articulação favoreceu Vilhena ao longo do desenvolvimento da proposta de modificação a partir da inserção desse novo produto. Embora o boletim foque no novo produto e nas características que Vilhena propicia para o desenvolvimento dessa nova cultura, a parte de organização regional não está explícita, apenas demonstra que Vilhena já possuía um potencial polarizador.

Outro exemplo, mais recente e em curso, a respeito da polarização como orientação administrativa, é o Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável (PDES) 2015-2030 (RONDÔNIA, 2015a), que inúmeras vezes cita a Lei nº 414, de 28 de dezembro de 2007 (RONDÔNIA, 2007), além de utilizá-la como base para qualquer indicativo regional do Estado.

Por mais que as orientações administrativas possuam contradições, é certo que são necessários os envolvimento e intervenção político-administrativa para orientarem e tornarem concretas quaisquer propostas de desenvolvimento.

Entende-se que o polo regional é uma localidade com posição geográfica privilegiada, mas que para exercer uma função de polarização, é necessário cumprir demandas mínimas de articulação, possíveis a partir de uma infraestrutura aparelhada para tal fim, tanto pra oferecer quanto para manter, que são principalmente transfiguradas, no objeto estudado por essa pesquisa, nas seguintes variáveis: produção, emprego, transporte e serviços, em outras palavras: Agronegócio, mão-de-obra, escoamento e qualidade de vida.

Comumente as variáveis são associáveis, como observado em Vilhena onde “Os principais atrativos para as empresas relacionadas com o cultivo de grãos ou as que desenvolvem atividade como o transporte logístico, encontra-se em Vilhena, várias facilidades devido a sua localização” (LUS, 2014, p. 55).

A região de Vilhena (Tabela 1) apresenta uma dinâmica demográfica que coaduna com a noção de polarização, a região apresentou aumento populacional no período de 2000-2017 de 38.319 enquanto que Vilhena apresentou 40.156 no mesmo período.

Município	Censo 2000	Estimativa 2008	Censo 2010	Estimativa 2017
Vilhena	53.598	68.405	76.202	93.754
Chupinguaia	5.521	7.633	8.301	10.593
Colorado D'Oeste	21.892	18.216	18.591	18.467
Cerejeiras	18.207	16.784	17.029	17.934
Cabixi	7.518	6.777	6.313	6.224
Pimenteiras do Oeste	2.527	2.427	2.315	2.410
Corumbiara	10.459	9.761	8.783	8.659
Região	119.722	130.003	137.534	158.041

Tabela 1 – População residente por município – Região de Planejamento de Vilhena.

Fonte: IBGE (2000; 2008b; 2010; 2017).

Organização: O autor (2018).

A variação populacional chama a atenção pelo fato de expor a característica “drenadora” do polo, pode até ser que a migração oriunda dos deficitários não tenha sido drenada pelo polo para eventual crescimento e decréscimo, mas sem dúvida o imperativo de concentrar aparelhos e estruturas acaba fazendo com que a competição urbana, no sentido de atrativo de investimento e fixação de residência, favoreça o polo, nesse caso.

A respeito do crescimento de Chupinguaia, Nunes e Ferreira (2018) observam que há convergência entre os índices populacionais e as dinâmicas produtivas, principalmente o estabelecimento da pecuária, inserção da agricultura (soja, principalmente) e indústria (frigorífico bovino), ocorrendo num espaço constituído com “reserva de lugares”.

A agropecuária na composição do PIB da Região em 2005 foi de 377.100 (em mil reais), apresentando alto crescimento em 2010 de 680.573 (em mil reais), decaído em 2013 para 409.067 (em mil reais) e crescendo em 2014 para 470.989 (em mil reais). A participação dessa atividade na Região é relativa, nos municípios ela varia de 20% (Corumbiara) à 9% (Pimenteiras do Oeste), porém o que chama a atenção é que Vilhena já foi o maior contribuinte nesse quesito, que após brusca queda (de 30,2% em 2005, para 18,9% em 2014) e com o crescimento de Corumbiara, este passou a figurar no último ano do período com maior participação (RONDÔNIA, 2013a; 2013b; 2013; 2013d).

Na agropecuária, destaca-se com a importância econômica na participação da pecuária e ao número significativo de cabeças de gado no Estado, com relação à Região, a pecuária apresenta dialética em relação ao rebanho bovino.

O rebanho bovino em Rondônia saltou de 8.039.890 (cabeças) em 2002, para 13.682.200 (cabeças) em 2016. No mesmo período o rebanho da Região passou de 1.197.987 (cabeças) para 1.428.992 (cabeças). Embora tenha havido crescimento no rebanho da região pesquisada, sua participação diminuiu, em 2002 era de 14,9% e em 2016 foi de 10,44%, ou seja, o aumento regional não acompanhou o crescimento estadual (RONDÔNIA, 2013a; 2013b; 2013; 2013d).

Outro componente importante do V.A no PIB da agropecuária é a lavoura temporária, a soja e o milho, que disputam o espaço natural com o rebanho bovino, pois ambos (pasto e lavouras) são oriundos da mesma fonte: o solo.

Essa região é conhecida como região agrícola do Estado, justamente por ser a que apresenta maior produção de soja, principalmente Vilhena, comumente alcunhada de cidade do agronegócio, e que além da produção ser maior, a estrutura nesse caso, também é concentrada por ela.

Pereira e Kahil (2010) observam que a história da sojicultura no Estado começa em 1979, com a instalação do campo experimental, que apesar de bons resultados, a pesquisa por falta de incentivo ficou paralisada.

Contudo, nota-se que a evolução não ocorreu, sem antes estudos nas localidades principalmente quanto à questão física e econômica, em que o município foi palco de pesquisas da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) na década de 1980, em que na cartilha produzida a partir dos resultados é possível verificar dois aspectos fundamentais, o físico e o econômico (EMBRATER, 1987).

Além desse boletim de 1987, outras divulgações também exaltam as qualidades regionais a fim de respaldar a ação de investimentos na produção, são os estudos realizados pela Embrapa na Região, como por exemplo, o comunicado técnico sobre “Avaliação de genótipos de arroz de Sequeiro nos cerrados de Rondônia” em que “Os resultados obtidos revelam alguns materiais altamente promissores para cultivo nas condições dos cerrados do Estado [...]” (EMBRAPA, 1998).

Outro que chama atenção é o folder da Embrapa (2000) sobre as pesquisas com culturas anuais em Rondônia, demonstrando resultados de melhoramento genético em culturas de soja, milho, feijão, arroz e algodão. Os campos experimentais da Embrapa no Estado nesse período se localizavam em Vilhena, Cerejeiras, Pimenta Bueno e Porto Velho.

Ainda para Pereira e Kahil (2010) um fator determinante para a consolidação da soja no Estado foi a viabilização da hidrovia Madeira – Amazonas e o terminal de exportação em Porto Velho. Ainda para esses autores, Vilhena é o centro difusor e principal polo do agronegócio de exportação no Estado “capaz de induzir um processo de especialização territorial produtiva no sul do estado, processo este que, ao mesmo tempo, é criador de hierarquias e de fragmentação territorial” (PEREIRA; KAHIL, 2010, p. 293).

O PIB da Indústria no Estado é concentrado na capital Porto Velho, em 2014, por exemplo, 52,32% da contribuição foi de Porto Velho, e Vilhena, embora se localize numa região de latência industrial, figurou no mesmo ano em segundo lugar na participação com 6,96%, seguido de Ariquemes 6,6%, Ji-Paraná 6,5%, Cacoal 3,55%, Rolim de Moura 3,46%, Jaru 3,03% e Pimenta

Bueno 2,69%, são os municípios de destaques do Estado (RONDÔNIA, 2013a; 2013b; 2013; 2013d).

O setor de serviços é o que obtém a maior participação no PIB total do Estado em todos os anos do período 2005/2014, evoluindo de 7.479.278 (em mil reais) em 2005, para 21.058.889 (em mil reais) em 2014.

As contribuições no PIB dos Serviços advém boa parte da capital Porto Velho, é uma atividade que orienta grande parte dos documento que demonstram a hierarquização das relações entre cidades, quanto mais especializada as atividades de determinada cidade for, maior a probabilidade dela assumir comandos na hierarquização.

Os serviços apresentam uma realidade imprescindível para se compreender a dinâmica que pauta a polarização, pois Vilhena cresceu muito em termos populacionais, mais do que toda a região, e os serviços foram se especializando e sofisticando, promovendo maior concentração.

Diferente de outra importante matriz econômica da região que é a agropecuária, que apesar de ter apresentado crescimento em Vilhena, se distribuiu pela Região, algo que não aconteceu com os serviços.

No contexto do PIB total dos serviços, em 2014, a capital Porto Velho participou com 36,89%, seguido de Ji-Paraná 8,68%, Vilhena 6,63%, Ariquemes 6,14%, Cacoal 5,54%, Jaru 3,38%, Rolim de Moura 3,12%, Pimenta Bueno 2,41% e Guajará-Mirim 2,39%, são os destaque do Estado no setor de serviços (RONDÔNIA, 2013d, p. 11).

A dinâmica apresentada na participação do PIB oriunda da administração pública muito se assemelha à apresentada no setor de serviços. Destaca-se que ambas são atividades com características urbanas, geralmente quanto maior o núcleo urbano mais desenvolvidas são as competências públicas, assim como a oferta de serviços, algo que não necessariamente ocorre com os setores industrial e agropecuário, que são atividades muito mais ligadas à disponibilidade de recursos naturais, do que com demografia.

No período 2005/2014, o setor apresentou crescimento nominal no Estado em todos os anos, saltando de 3.151.885 (em mil reais) em 2005 para 8.537.217 (em mil reais) em 2014. Se estabelecendo em todos os anos como a segunda maior fonte de contribuição do PIB total do Estado, atrás somente da participação dos Serviços.

A composição do PIB total leva-se em consideração a somatória das atividades: valor adicionado da agropecuária, indústria e serviços, mais o valor dos impostos, ou seja, somente não se leva em consideração no PIB total o montante da administração pública. Dessa maneira verifica-se a contribuição do total regional (Tabela 2) no período 2005/2014.

	2005	2010	2013	2014
PIB regional - Agropecuária	377.100	680.573	409.067	470.989
PIB regional - Indústria	209.983	381.659	500.306	457.357
PIB regional - Serviços	663.318	1.222.526	1.858.779	2.022.985
Imposto regional	129.557	252.833	356.721	387.381
Total Regional	1.379.958	2.537.591	3.124.873	3.338.712
PIB Total	12.884.047	23.560.644	31.091.764	34.030.982
Participação da região em (%)	10,71	10,77	10,05	9,81

Tabela 2 – Participação do total regional no PIB total do Estado (em mil reais).

Fonte: RONDÔNIA (2013a; 2013b; 2013c; 2013d).

Organização: O autor (2018).

Nota-se que o serviço é a principal fonte de participação da região, outra dinâmica que denota atenção é o constante aumento dos valores do PIB total regional, ainda que a participação tenha diminuído, demonstra que a Região cresceu, mesmo que não tenha acompanhado o ritmo do Estado.

Conforme os dados descritos e analisados, pode-se afirmar que de fato a agropecuária é um destaque econômico positivo da região na realidade do Estado, contudo, ela não é a principal fonte direta de movimentação econômica da região no PIB, entretanto possui constância de crescimento e distribuição.

A visão moderna de afirmar que Vilhena é uma cidade do agronegócio se sustenta pela comparação com o perfil do Estado, ainda que sua contribuição econômica direta não coadune com essa afirmação, mas indiretamente, pode-se afirmar que o agronegócio possa ser um atrativo de investimentos na cidade (empresas especializadas), contribuindo assim para a sofisticação dos serviços ofertados, transfigurados em estruturas urbanas e comércio mais variado, e ainda acrescenta-se que com o aumento da população, haja o aumento do funcionalismo da administração pública.

A presença da indústria concentrada em Vilhena por sua vez, pode ser explicada pela logística oferecida pelo posicionamento ante a região e à estrutura rodoviária, em três vertentes: contingente de mão-de-obra qualificada, oferta de matéria-prima (boi gordo e lavouras temporárias) e rede de transportes.

Como observam Pereira e Kahil (2010) o agronegócio racionaliza um conjunto de atividades modernas, que especializa não só o campo, mas também na cidade, onde se manifestam as condições de reprodução do capital empregado no agronegócio. Analisando Vilhena no ano de 2010, Pereira e Kahil já visualizavam as tendências dos empregos.

a cidade e o urbano em Vilhena parecem estar em sintonia com o desenvolvimento da produção agrícola moderna. Apesar de ser o maior produtor de cereais do estado de Rondônia, é no segmento de serviços que está alicerçada a maior parte das atividades econômicas do município (PEREIRA; KAHIL, 2010, p. 303).

Segundo os autores esse é um processo comumente observado na lógica da territorialização da cidade por meio da atividade da agropecuária moderna reorganizando a produção (agrícola e industrial), mas indo além e se expandindo para a produção não material (comércio, finanças e serviços), fato também observado por Costa Silva (2014).

Há sem dúvida nessas visões através do território, uma explicação para determinadas evoluções nas atividades urbanas no polo regional. Mas isso não elimina nossa concepção de que independente da característica motriz, a polarização manifesta-se como um elemento de concentração e de desigualdade.

Considerações finais

Considerando a noção de “espaço econômico” de Perroux, que tem como objeto uma região definida a partir de um conjunto de atividades, pode-se afirmar que a estruturação e a dinâmica da região possuíram uma “indústria motriz”. Dentro dessa lógica, o agronegócio nessa região seria responsável por caracterizar tal denominação, pois, embora o agronegócio se relacione com o urbano em diferentes formas, é um tipo de atividade que acontece numa escala própria, dentro dos limites que as próprias condicionantes do arranjo produtivo determinem a dialética das relações. Entretanto, tal noção não é suficiente para explicar as relações, que não se dão somente entre insumo e produto, é inegável que o espaço geográfico é determinante para entender a polarização.

Pode-se dizer que existe um espaço polarizado, pois na estrutura da hinterlândia, diferentes fatores (setor primário ou terciário, por exemplo) produziram um centro, ao se estabelecer um centro, define-se o que lhe é periférico, isso fica claro nos dados sobre o PIB. Vilhena é o centro polarizador, que age de maneira centrípeta e centrífuga, dos fixos e dos fluxos.

Contudo, percebe-se que a partir da análise dos documentos é que o período mais explícito que pautou o planejamento através de polos foi no período observado por Pedrosa (2017). Entretanto, de maneira imanente, a polarização instrumentalizada através de centros urbanos, como adaptou Boudeville, é mais presente. Os centros urbanos são de fato os focos de instalação das estruturas sociais e produtivas. E sendo assim, apresentam como resultado tanto desenvolvimento econômico, como as desigualdades e limitações, que foram observadas pelos críticos dessa adaptação teórica.

Enfim, a teoria dos polos de crescimento e desenvolvimento, bem como a noção de polarização, tanto da concepção original, como as que foram desenvolvidas a partir dela, dão uma inteligibilidade para o objeto estudado. Vilhena polariza uma região concreta, o conjunto regional se envolve através da hierarquização, o crescimento não ocorre em todos os pontos e nem no mesmo ritmo temporal. É uma realidade produzida através de influências de planejamentos em

multiníveis, ainda que seja passível de críticas e correlacionado com outras correntes teóricas de explicação, o que não se pode negar é que de algum modo, direta ou indiretamente, a polarização regional em Vilhena é presente.

Referências

ANDRADE, M. C. de. **Espaço, polarização e desenvolvimento**: Nordeste: pólos de desenvolvimento. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

_____. **Espaço, polarização e desenvolvimento**: uma introdução à economia regional. São Paulo: Atlas, 1987.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. 4 ed. São Paulo: Editora ática, 1991.

COSTA SILVA, Ricardo Gilson da. A regionalização do agronegócio da soja em Rondônia. **GEOUSP – Espaço e Tempo (online)**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 298-312, 2014.

EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMBRATER). **Sistema de produção para soja**: Região de cerrados de Rondônia. Brasília: EMBRATER, 1987. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/698129/sistema-de-producao-para-soja-regiao-de-cerrados-de-rondonia>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (DNIT). **Shapefile de rodovias**. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/mapas-multimodais/shapefiles>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Avaliação de genótipos de arroz de sequeiro nos cerrados de Rondônia – 1996/97**. Nº 143. Rondônia, 1998. p. 1-3. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/79035/1/FOL-6142-0001.pdf>>. Acesso em: 05 nov 2018. (folheto).

GEIGER, Pedro Pinchas. Regionalização. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 31, n. 1, p. 5-25, jan./mar. 1969. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1969_v31_n1.pdf>. Acesso em: 05 Abril 2019.

HANSEN, Niles. Small and medium-size cities in development. In: HIGGINS, B; SAVOIE, D. **Regional economic development**: essays in honour of François Perroux. Vol. 7. New York : Routledge, 2018. p. 318-328.

HIGGINS, Benjamin. François Perroux. In: HIGGINS, B; SAVOIE, D. **Regional economic development**: essays in honour of François Perroux. Vol. 7. New York : Routledge, 2018. p. 31-46.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões**: Região Norte. V. 2, tomo 1. Rio de Janeiro, 1991 Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269_2.pdf>. Acesso em: 17 out 2018.

_____. **Censo demográfico 2000**. 2000.
<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31o/tabela13_1.shtm&uf=11>. Acesso em: 24 out 2018.

_____. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008a. Disponível em
<<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=240677>> . Acesso em: 22 out 2018.

_____. **Estimativa demográfica de 2008**. 2008b. Disponível em:
<ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2008/>. Acesso em: 10 Jan. 2018

_____. **Censo demográfico 2010: População Urbana e Rural**. 2010a. Disponível em:
<<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=11&dados=0>>. Acesso em: 31 out 2018.

_____. **Estimativa demográfica de 2017**. 2017a. Disponível em:
<ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2017/estimativa_dou_2017.pdf>. Acesso em: 24 set. 2017.

_____. **Shapefile bases cartográficas**. Disponível em: <<https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais.html>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

JESUS, Josias; SPINOLA, Noelio. Seis décadas da teoria dos polos de crescimento: revisitando Perroux. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE** - Ano 17, n. 2 -, Salvador. 2015, p. 935-952. Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/4204>>. Acesso em 20 Set. 2018.

KONGSTAD, Per. Growth poles and urbanization: a critique of Perroux an Friedmann. **Antipode**, 1974. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-8330.1974.tb00602.x>>. Acesso em: 13 Mar. 2019.

LIMA, A. C. C; SIMÕES, R. **Teorias do Desenvolvimento Regional e suas Implicações de Políticas no Pós-Guerra: o caso do Brasil**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG - TD n° 358, 2009. (Texto para Discussão). Disponível em:
<<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20358.pdf>>. Acesso em: 15 Fev. 2019.

LUS, Diego Alves. **Dinâmica socioespacial do agronegócio em Vilhena: uma análise sobre a expansão da fronteira tecnológica**. 2012. 120f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2012. Disponível em:
<http://www.ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/788/1/Diego%20A.%20Lus_Din%C3%A2mica%20socioespacial.pdf>. Accessp em: 10 Mar. 2018.

MACHADO, Lia Osório. Urbanização e Migração na Amazônia Legal: Sugestão para uma abordagem geopolítica. In: COELHO, Maria Célia Nunes; Jorge Luiz Barbosa (Orgs.). **Amazônia: problemas e impasses**. Boletim Carioca de Geografia. Rio de Janeiro: AGB. 1982. p. 2-11.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Shapefile dados geográficos**. Disponível em: <<http://mapas.mma.gov.br/i3geo/datadownload.htm>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

NUNES, Natan Gurkewicz; FERREIRA, Evaldo. Características da Formação Socioespacial de Chupinguaia-RO: crescimento local e categorias de análise miltoniana. p. 464-474. In: SOUZA, I.

A. de; FERREIRA, E; FERREIRA, A. R. **Geografia: contextos e interfaces: coletânea da XVII semana de geografia (UNEMAT – Cáceres)**, 1.ed, Itacaiúnas: Editora Ananindeua, 2018. Disponível em: <<https://editoraitacaiunas.com.br/produto/geografia-contextos-e-interfaces-coletanea-da-xvii-semana-de-geografia-unemat/>>. Acesso em: 13 Mar. 2019.

PEDROSA, Breno Viotto. A recepção da teoria dos polos de crescimento no Brasil. *Revista Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], 9, 2017, Disponível em: <<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/2348>>. Acesso em: 09 Mar. 2019.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente; KAHIL, Samira Peduti. A lógica corporativa do uso do território em Rondônia: o agronegócio da soja na região de Vilhena. **Revista de Geografia Agrária**. v. 5, nº10, ago-2010. P. 288-311. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11991>>. Acesso em: 13 Mar. 2019.

POLENSKE, Karen R. Growth pole theory and strategy reconsidered: domination, linkages, and distribution. In: HIGGINS, B; SAVOIE, D. **Regional economic development: essays in honour of François Perroux**. Vol. 7. New York : Routledge, 2018. p. 91-108.

Rondônia. **Lei complementar nº 414 de 28 de dezembro de 2007 cria os polos de referência regionais e dá outras providências**. 2007. Disponível em: <<http://cotel.casacivil.ro.gov.br/cotel/Livros/Files/LC414.pdf>>. Acesso em: 31 out 2018.

_____. **Produto Interno Bruto PIB dos municípios de Rondônia: 2005/2009**. Porto Velho: GEP - SEPLAN, 2013a. Disponível em: <http://www.sepog.ro.gov.br/Uploads/Arquivos/PDF/PIB_20_2002_2007/PIB%20dos%20munic%20C3%ADpios%202005-%202009.pdf>. Acesso em: 22 out. 2018.

_____. **Produto Interno Bruto PIB dos municípios de Rondônia 2010**. Porto Velho: GEP - SEPLAN. 2013b. Disponível em: <http://www.sepog.ro.gov.br/Uploads/Arquivos/PDF/PIB_20_2002_2007/O%20Produto%20Interno%20Municipal_2010.pdf>. Acesso em: 22 out 2018.

_____. **Produto Interno Bruto PIB dos municípios de Rondônia 2013**. Porto Velho: GOB – SEPOG. 2013c. Disponível em: <http://www.sepog.ro.gov.br/Uploads/Arquivos/PDF/PIBRondonia/O%20Produto%20Interno%20Municipal_resumo2013.pdf>. Acesso em: 22 out 2018.

_____. **Produto Interno Bruto PIB dos municípios de Rondônia 2014**. Porto Velho: GOB – SEPOG. 2013d. Disponível em: <<http://www.sepog.ro.gov.br/Uploads/Arquivos/PDF/PIBRondonia/Resumo%20O%20Produto%20Interno%20Municipal%202014.pdf>>. Acesso em: 22 out 2018.

_____. **Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável 2015-2030**. 2015. Disponível em: <<http://www.sepog.ro.gov.br/Uploads/Arquivos/PDF/PDES/26.11.%20PLANO%20DE%20DESENVOLVIMENTO%20ESTADUAL%20SUSTENT%20C3%81VEL%20DE%20ROND.pdf>>. Acesso em: 23. Maio 2018.

SANTOS, Milton. Sous-développement et pôles de croissance économique et sociale. In: **Tiers-Monde**, tome 15, nº58, 1974. p. 271-286. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/tiers_0040-7356_1974_num_15_58_2000>. Acesso em: 12 abr. 2019.

_____. **A urbanização desigual**: a especialização do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1982a.

_____. Organização do Espaço e Organização Social: O caso de Rondônia. In: COELHO, Maria Célia Nunes; Jorge Luiz Barbosa (Orgs.). **Amazônia**: problemas e impasses. Boletim Carioca de Geografia. Rio de Janeiro: AGB. 1982b. p. 51-77.

WILTGEN, Roberto da Silva. Notas sobre Polarização e desigualdades regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, n. 12 (2), 1991, p.532-539. Disponível em:
<<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/%20article/viewFile/1460/1824>>. Acesso em: 13 Mar. 2019.